

## Notas&Comentários

### DANIEL-HENRI PAGEAUX: A LITERATURA COMPARADA NA ENCRUZILHADA DE CULTURAS

Forçoso será reconhecer que, nos últimos dez anos (ou mesmo mais), a influência e expansão da língua, da cultura e da literatura francesas no estrangeiro têm diminuído significativamente, mesmo em áreas de investigação científica como, por exemplo, as da Teoria da Literatura ou da Literatura Comparada. E isto ocorre não só em Portugal, mas também, genericamente, noutros países europeus e ainda nos da América Latina, incluindo o Brasil. Talvez pela diminuição dessa influência (ou paralelamente a ela), a verdade é que, no que diz respeito especificamente aos estudos literários, tem-se imposto, cada vez mais, uma espécie de moda culturalista globalizada de origem predominantemente anglo-saxónica, amplamente expandida nos Estados Unidos pelo próprio culto de um multiculturalismo generalizante de fundamentação sociológica. Tal estado de coisas, além de criar uma espécie de hegemonia despótica no âmbito dos estudos literários (e não só), privilegiando os chamados «Estudos Culturais» no seu imediatismo globalizante e no seu relativismo sociológico, tende a atrofiar a análise do elemento propriamente estético do texto, essencial no interior de qualquer género literário ou de qualquer história da literatura considerada nesse sentido em que Eliot defendia, no célebre ensaio «O Que É Um Clássico?», a «manutenção de um equilíbrio inconsciente entre a tradição no sentido mais lato — a personalidade coletiva, por assim dizer, concretizada na literatura do passado — e a originalidade da geração viva»<sup>1</sup>. Por consequência, tende a subverter as chamadas Humanidades. Aguiar e Silva, numa luminosa coletânea recente de estudos sobre teorização literária e também sobre questões pedagógico-científicas de índole geral, *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, chama justamente a atenção, um pouco no rasto de Eliot, para esta crise dos estudos literários que é, antes de mais, crise global dos estudos humanísticos na chamada «pós-modernidade»: «O



João Quelroz  
s/r (2001)  
Óleo s/ tela  
100 x 120 cm  
Col. Nuno Belchior

humanismo não é pensável sem a memória dos textos, sem a presença memorial dos textos maiores de uma tradição cultural na construção do presente e na projeção do futuro. [...] O tempo da pós-modernidade é um tempo inóspito para o humanismo e para as Humanidades, porque é um tempo amnésico e um tempo sem janelas para o futuro.»<sup>2</sup>

Vem isto a propósito de um autor francês, Daniel-Henri Pageaux, professor catedrático jubilado da Sorbonne, iberista emérito, e da sua área de estudos literários, a Literatura Comparada, desde sempre (ou seja, desde o início do século XIX, em França, com Ferdinand Noël e sobretudo Abel Villemain) intimamente ligada às chamadas Humanidades. E vem sobretudo a propósito da sua importante coletânea de ensaios recentemente publicada no Brasil: *Musas na encruzilhada. Ensaios de Literatura Comparada\**, organizada pelos professores universitários Marcelo Marinho, Denise Almeida Silva e Rosani Ketzer Umbach. Lembremos que Daniel-Henri Pageaux, com uma obra vastíssima no domínio dos estudos comparatistas, tem-se consagrado, desde finais da década de 60 do século XX, ao estudo aprofundado da literatura portuguesa, de Camões, Eça ou Fernando Pessoa a Miguel Torga, Saramago ou Agustina Bessa-Luís, estudando em particular formas de receção mútuas, imagens que se formam e se desvanecem nas duas culturas. Note-se, em especial, como livro de síntese, o ensaio *Imagens de Portugal na Cultura Francesa*, publicado na extinta coleção Biblioteca Breve do ex-Instituto de Cultura Portuguesa (agora Instituto Camões), em 1983.

No prefácio a *Musas na Encruzilhada*, ensaios comparatistas de diversa índole e abordando a obra de autores de múltiplas nacionalidades, o notável comparatista brasileiro Eduardo Coutinho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chama a atenção, com extrema justeza, para o elemento interrogativo dos textos, elemento que se situa para lá do próprio rigor da análise textual e da sistematização teórico-crítica:

Este livro de Daniel-Henri Pageaux é um laboratório de reflexão, e nisso reside talvez a sua maior qualidade. Nada ali é afirmado de maneira categórica ou inquestionável; ao contrário, levantam-se a todo o tempo indagações, e o leitor, ainda que não de modo direto, é convocado a pensar com ele, a refletir sobre os próprios rumos da disciplina. (p. 13)

O livro está dividido em três partes distintas mas complementares. Desde a introdução geral, intitulada sintomaticamente «O Comparatismo: Entre Tradição e Renovação», Daniel-Henri Pageaux sublinha a importância do estabelecimento de *relações* na função do comparatista, o qual tem por missão primordial refletir sobre as relações, mais ou

menos explícitas, entre as mais diversas literaturas e não simplesmente comparar. Partindo da ideia goetheana de «afinidades eletivas», expressa no seu famoso romance, Pageaux nota: «Cumpro ao comparatista assumir, alternadamente, ambos papéis: artesão (por falta de ser artista!) da união e da separação. Por certo, a vocação do comparatista é a de unir o que está isolado ou separado, de multiplicar os hífen, num primeiro momento» (p. 19-20). Estabelecendo a diferença entre «binaridade (simplificadora) e polaridade (copiosa e estimulante)», Pageaux discute, em seguida, uma das questões fundamentais dos estudos comparatistas: a relação, digamos mesmo a tensão, entre nacional e universal. A este propósito, o autor destaca o exemplo de Miguel Torga e de uma célebre fórmula que poderá resumir o essencial da sua obra:

Miguel Torga, escritor português simultaneamente arraigado em sua gleba e aberto às ideias do mundo, brandiu uma fórmula que se tornou por demais célebre: «o universal é o local sem paredes». Vale a pena relembrar que essa tirada foi lançada no Brasil, no Centro Transmontano de São Paulo, em 1954, e retomada numa coletânea com um título que pode fazer sonhar todo e qualquer comparatista: *Traço de União* (TORGA, 1955). Se a fórmula é mais que conhecida, remarquemos, *en passant*, que a indispensável interrogação que compete à literatura comparada abarca a natureza e a função dessas «paredes». (p. 29)

Paralelamente, um outro elemento fundamental é relevado desde a introdução geral, elemento que, aliás, percorre toda a coletânea: a recusa de ceder a modas teórico-críticas, a orientações metodológicas de sucesso imediato e fácil assimilação que privilegiam o presente, antes se definindo a atividade do comparatista como sendo a de «intermediário e conciliador à sua maneira» (p. 39), fundindo o antigo com o recente, apostando «na força criativa da passagem, do transporte, da transferência. Da passagem como mudança de formas... e de ideias: metamorfose» (p. 40).

A primeira parte do livro, intitulada «Literatura comparada em suas encruzilhadas», é consagrada essencialmente à exposição e discussão de elementos teóricos existentes desde as origens da disciplina. Muito se tem falado da sua evolução, em França como em Portugal ou no Brasil, mas é preciso não esquecer que todo o campo de investigação literária tem características que lhe são próprias, distinguindo-o dos outros. Nesse sentido, Daniel-Henri Pageaux releva muito oportunamente, desde o texto inicial da primeira parte do livro, a questão da alteridade, sendo esta claramente «constitutiva da disciplina, sendo-lhe mesmo consubstancial» (p. 46), dado que «encontro e diferença [são] duas palavras mestras da literatura comparada» (p. 69).

Noutros textos desta primeira parte, o autor aborda com rigor as relações entre comparatismo e ciências humanas e sociais (história, geografia e antropologia), bem como as questões eminentemente teóricas e interligadas da imagologia, do imaginário e do polissistema. A imagem como «representação do estrangeiro», tendo sido um dos elementos teóricos que estiveram na origem dos estudos literários comparatistas, passou por uma fase de descrédito para, recentemente, se tornar elemento fundamental dos chamados «estudos culturais». Daniel-Henri Pageaux valoriza a imagologia na sua relação íntima com o imaginário, que passa pelo próprio estereótipo, mas sem nunca esquecer, em todas as perspectivas teóricas imagológicas, o fator mais importante: a especificidade do texto literário.

Na segunda parte do livro, intitulada «Da Poética do Espaço ao Espaço da Geocrítica», Daniel-Henri Pageaux começa por definir, referindo sobretudo Octavio Paz mas apresentando ainda muitos outros exemplos, o que é «literatura de fundação»:

Por que não tentar tomar a palavra «fundação» ao pé da letra? É literatura de fundação todo o texto que exprime, celebra um ato político, social de fundação. Seria equivocado pensar em algum monumento ou em uma nova torre de Babel literária.

[...] É pela entrada na história que a literatura de fundação se separa do mito, explicação primeira. Ao forçar a distinção, a origem pertence à ordem da Natureza (quem duvidaria disso?) e a fundação à ordem da Cultura. Com o ato de fundação, a literatura torna-se memorial, cerimonial, ritual para a comunidade à qual concerne. É menos a história que é escrita do que a memória que é conservada e atualizada, ou mesmo transfigurada pela escrita. A escrita de fundação serve de arquivo fictício para uma sociedade. (p. 139-40)

Esta definição está aqui intimamente relacionada com o conceito de «poética do espaço», o que leva o autor a dar um relevo especial à literatura latino-americana contemporânea, na ficção como no ensaio:

Escrever o lugar, transcrever o espaço, faz parte de uma escrita de fundação, inaugural: trata-se de passar para as palavras, para a ordem da cultura o que havia escapado até ali ao processo civilizacional do homem. Conhecemos o início de *Cien años de soledad*: as coisas eram tão novas que não tinham nome. De resto, é a retomada da abertura de um dos grandes ensaios para a América hispânica: *Radiografía de la pampa*, de Ezequiel Martínez Estrada. (p. 144)

Este elemento fundador da poética do espaço, relacionado sobretudo com a literatura latino-americana contemporânea de língua espanhola ou de língua portuguesa, é amplamente desenvolvido no capítulo seguinte, com exemplos de obras de Octavio Paz, Neruda, García Márquez, Alejo Carpentier, Ernesto Sábato, Cortázar, Vargas Llosa, Carlos Fuentes, Guimarães Rosa, entre outros. Note-se ainda, no terceiro capítulo desta segunda parte, a abordagem da questão do exotismo, ligada à formação da imagem do Outro, do estranho, ou seja, ao processo de imagologia na sua expressão mais radical a nível do imaginário, desde sobretudo a literatura dos Descobrimentos até à moderna literatura de viagens, herdeira do romantismo europeu mas com uma nova consciência histórica e social, a qual privilegia as noções de «nomadismo», «extraterritorialidade» ou «errância».

Na terceira parte do livro, destaca-se a abordagem de questões teóricas fulcrais do comparatismo, algumas importantes sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como sejam as de intertextualidade e interculturalidade, além da questão do modelo literário. Recusando posições teóricas radicais ou de moda, o autor interroga-se, defendendo um rigor comparatista independente:

No horizonte dos nossos trabalhos, surge um desafio para as nossas inteligências e nossos corações: como inventar, no quadro pedagógico que permanece nosso, um conjunto de questionamentos, de programas de estudos que façam avançar um pensamento que, após profundo exame crítico, integre as noções atualmente tão perigosamente manipuladas de «identidade» e de «diferença», mas também de «universalismo» ou de «universal». (p. 209)

A conclusão do livro é constituída por um ensaio que retoma a fundamentação da Literatura Comparada nas suas origens, intitulado oportunamente: «Comparatismo e Humanismo: Espaço para Reflexão». Se é verdade que este tema atravessa toda a obra ensaística, teórica e pedagógica de Daniel-Henri Pageaux, também é verdade que estamos aqui perante uma nova síntese de extrema atualidade. Uma síntese que recusa a mera globalização, de que tanto se fala (e aqui podemos retomar as reflexões de Aguiar e Silva referidas no início deste texto), ou seja, globalização no seu significado estereotipado e anti-humanista, essa globalização que, como diz Pageaux, toma a sua forma mais imediata no «mundo bruto das informações» (p. 254). A renovação do sentido humanista do comparatismo passa antes, segundo o autor, pela «possibilidade de pensar de *outro modo*» (p. 260), a qual implica, necessariamente, uma extrema atenção à famosa «encruzilhada de culturas», que deve ser também «encruzilhada de musas»,



isto é, encruzilhada de diferentes modos e expressões da criatividade estética em si mesma: «O novo humanismo e o comparatismo renovado devem outra vez dar a palavra aos criadores, além de tentar reconciliar reflexão e criação, abordagem teórica e perspectiva poética, já que certas práticas universitárias as dissociaram» (p. 263).

Em suma: uma coletânea de ensaios que, para além de exprimir, a partir da abordagem comparatista, a vitalidade da cultura francesa atual na sua visão universalista, aqui expandida no pujante meio universitário brasileiro, reflete uma rara subtileza teórico-crítica, a qual, na vasta obra de Daniel-Henri Pageaux, sempre tem estado atenta ao texto na sua totalidade criativa.

Álvaro Manuel Machado

#### NOTAS

\* Daniel-Henri Pageaux, *Musas na Encruzilhada. Ensaios de Literatura Comparada*, org. Marcelo Marinho, Denise Almeida Silva e Rosani Ketzner Umbach, São Paulo/Frederico Westphalen/Santa Maria, Hucitec/URI (Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões)/UFMS (Universidade Federal de Santa Maria), 2011.

<sup>1</sup> T. S. Eliot, *Ensaio Escolhidos*, Lisboa, Cotovia, 1992, p. 134.

<sup>2</sup> Vítor Aguiar e Silva, *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2010, p. 73.

### OS CANCIONEIROS LÍRICOS ORAIS DO NORTE DE PORTUGAL E DA GALIZA

Os cancioneiros líricos orais e tradicionais do Norte de Portugal e da Galiza são, em larga medida, um cancionero comum. Esta afirmação não nega a especificidade do cancionero de cada país ou de cada região. Há características que os individualizam, mas também há semelhanças evidentes, tanto na forma como no conteúdo. A proximidade geográfica, as relações de diverso tipo e a separação política, linguística e cultural entre Portugal e a Galiza desencadearam encontros e desencontros que criaram um cancionero a que poderemos chamar, evocando a escola trovadoresca medieval, galego-português.

Vários estudiosos, como Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, Fernando de Castro Pires de Lima ou Fermín Bouza-Brey, relacionaram já os cancioneros da tradição oral galega e do Norte de Portugal. Mais recentemente, Domingo Blanco acrescentou elementos importantes à perspectiva comparativa de trabalhos que, no seu conjunto, identificam mais de cem quadras galegas e portuguesas em que são evidentes afinidades temáticas, semânticas e lexicais, mas também diferenças às vezes subtis e profundas (1997).

Partiremos dessas contribuições e desses quadros de variantes, e, na medida do possível, procuraremos comparar versões de um mesmo texto arquetípico. As variantes (os traços distintivos de uma versão em relação a outras versões) garantem a vitalidade do cancionero popular, a sua atualização e adaptação ao momento e ao meio.

Domingo Blanco, no artigo «Sobre a tradición comun do cancionero popular moderno de Galicia e do Norte de Portugal», afirma não ser «posible negar (calquera que sexa a ideoloxía que se profese) que as xentes que habitaron a área occidental da Península entre o Cantábrico e o Douro compartiron durante moitos séculos a mesma cultura» (1997: 17); e acrescenta ser «tamén indubidable que a comunicación 'natural' (a uniformidade da lingua, os sentimentos de comunidade, etc.) foi freada ou interrompida artificialmente polos poderes políticos, isto é, por grupos minoritários con capacidade de decisión e de influencia sobre a maioría da poboación; tal feito manifestouse na creación de fronteiras e peaxes, e axiña repercutiu na economía (fabricación de moeda própria) e na política (exército próprio, alianzas e campañas militares)» (*ibid.*). O autor lembra ainda que este afastamento progressivo se manifestou também na língua e nas atitudes de suspeição, e mesmo em confrontos entre portugueses e galegos.

Mas estas duas regiões estiveram sempre ligadas através da literatura oral e tradicional em sentido mais amplo, e, em particular, do cancionero. Consumada a separação política e terminados os conflitos armados, a Galiza e o Norte de Portugal voltaram a unir-se social e culturalmente. A ruralidade, os contextos geográficos e ecológicos comuns, o predomínio de aglomerados populacionais autossuficientes, as correntes migratórias cíclicas ou definitivas, a grande importância da mulher na comunidade, a distância em relação aos centros de decisão política e cultural são fatores de aproximação entre as duas regiões.

A natureza provisória da quadra oral, constantemente reformulada e atualizada, inviabiliza quase sempre a determinação exata do primeiro texto. Antes de se operar o processo de diferenciação, há uma quadra inaugural, autoral, que poderá fecundar um número indeterminado e teoricamente ilimitado de textos. A volubilidade da transmissão oral conduz a uma cadeia de variantes cuja graduação não é possível fixar.

Notamos esta evidência porque queremos deixar bem claro que este não é um trabalho de arqueologia textual. Não vamos definir a genealogia de quadras pertencentes aos cancioneros galego e português (e, muitas vezes, não só), nem propor a anterioridade de umas versões em relação a outras. No cancionero, a transformação constante de uma quadra faz com que a reconstrução do texto original seja praticamente sempre hipotética e, mesmo, ilusória.